

Demonstrações Contábeis

INSTITUTO RONALD MCDONALD DE APOIO A CRIANÇA

31 de dezembro de 2019 e 2018 com Relatório do Auditor Independente

SÃO PAULO

Alameda Rio Negro, 503 1º And. Conj. 108/109 Alpaville - 06454-000 saopaulo@grupoaudisa.com.br

Fone: (11) 3661-9933

PORTO ALEGRE

Av. Getúio Vargas, 1157 13º And. Conj. 1316 Menino Deus - 90150-005 portoalegre@grupoaudisa.com.br

Fone: (51) 3062-8902

RECIFE

recife@grupoaudisa.com.br

RIO DE JANEIRO

riodejaneiro@grupoaudisa.com.br



n grupoaudisa



@grupo_audisa



Este documento foi assinado digitalmente por Alexandre Chiaratti Do Nascimento. Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 2238-10A3-54EB-5EF5.



São Paulo - SP, 10 de março de 2020.

Aos Conselheiros e Administradores do

INSTITUTO RONALD MCDONALD DE APOIO A CRIANÇA A/C Sr. Francisco Carlos Neves Rua Pedro Guedes, nº 29 Maracanã - Rio de Janeiro Cep.: 20.271-040

Ref.: Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

Prezados Senhores,

Pelo presente, estamos encaminhando aos cuidados de V.Sª., o Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 do INSTITUTO RONALD MCDONALD DE APOIO A CRIANÇA.

Atenciosamente.

AUDISA AUDITORES ASSOCIADOS CRC/SP 2SP "S" "RJ" 024298/O-3

SÃO PAULO

Alameda Rio Negro, 503 1º And. Conj. 108/109 Alpaville - 06454-000 saopaulo@grupoaudisa.com.br Fone: (11) 3661-9933

PORTO ALEGRE

Av. Getúio Vargas, 1157 13º And. Conj. 1316 Menino Deus - 90150-005 portoalegre@grupoaudisa.com.br

Fone: (51) 3062-8902

RECIFE

recife@grupoaudisa.com.br

RIO DE JANEIRO

riodejaneiro@grupoaudisa.com.br



m grupoaudisa



@grupo_audisa



Este documento foi assinado digitalmente por Alexandre Chiaratti Do Nascimento. Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 2238-10A3-54EB-5EF5.



INSTITUTO RONALD MCDONALD DE APOIO A CRIANÇA

Demonstrações Contábeis

31 de dezembro de 2019 e 2018

SUMÁRIO

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE	4 a 6
BALANÇO PATRIMONIAL	7
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO PERÍODO	8
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMONIO LÍQUIDO	9
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	10
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	11

SÃO PAULO

Alameda Rio Negro, 503 1º And. Conj. 108/109 Alpaville - 06454-000 saopaulo@grupoaudisa.com.br

Fone: (11) 3661-9933

PORTO ALEGRE

Av. Getúio Vargas, 1157 13º And. Conj. 1316 Menino Deus - 90150-005 portoalegre@grupoaudisa.com.br

Fone: (51) 3062-8902

RECIFE

recife@grupoaudisa.com.br

RIO DE JANEIRO

riodejaneiro@grupoaudisa.com.br



n grupoaudisa







INSTITUTO RONALD MCDONALD DE APOIO A CRIANÇA

CNPJ.: 03.011.570/0001-75

"RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES **CONTÁBEIS**"

Opinião sobre as Demonstrações Contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis do INSTITUTO RONALD MCDONALD DE APOIO A CRIANÇA que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2019, e as respectivas demonstrações do resultado do período, das mutações do patrimônio líquido, e dos fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Entidade, em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para Opinião sobre as Demonstrações Contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração pelas Demonstrações Contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

SÃO PAULO

Alameda Rio Negro, 503 1º And. Conj. 108/109 Alpaville - 06454-000 saopaulo@grupoaudisa.com.br

Fone: (11) 3661-9933

PORTO ALEGRE

Av. Getúio Vargas, 1157 13º And. Conj. 1316 Menino Deus - 90150-005 portoalegre@grupoaudisa.com.br

Fone: (51) 3062-8902

RECIFE

recife@grupoaudisa.com.br

RIO DE JANEIRO

riodejaneiro@grupoaudisa.com.br



n grupoaudisa







Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das Demonstrações Contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

SÃO PAULO

Alameda Rio Negro, 503 1º And. Conj. 108/109 Alpaville - 06454-000 saopaulo@grupoaudisa.com.br Fone: (11) 3661-9933

PORTO ALEGRE

Av. Getúio Vargas, 1157 13º And. Conj. 1316 Menino Deus - 90150-005 portoalegre@grupoaudisa.com.br

Fone: (51) 3062-8902

RECIFE

recife@grupoaudisa.com.br

RIO DE JANEIRO

riodejaneiro@grupoaudisa.com.br



n grupoaudisa





- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo - SP, 10 de março de 2020.

AUDISA AUDITORES ASSOCIADOS CRC/SP 2SP "S" "RJ" 024298/O-3

Alexandre Chiaratti do Nascimento Contador CRC/SP "S" "RJ" 187.003/ O- 0 **CNAI - SP - 1620**

SÃO PAULO

Alameda Rio Negro, 503 1º And. Conj. 108/109 Alpaville - 06454-000 saopaulo@grupoaudisa.com.br Fone: (11) 3661-9933

PORTO ALEGRE

Av. Getúio Vargas, 1157 13º And. Conj. 1316 Menino Deus - 90150-005 portoalegre@grupoaudisa.com.br

Fone: (51) 3062-8902

RECIFE

recife@grupoaudisa.com.br

RIO DE JANEIRO

riodejaneiro@grupoaudisa.com.br



n grupoaudisa







PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/2238-10A3-54EB-5EF5 ou vá até o site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 2238-10A3-54EB-5EF5



Hash do Documento

6A8C68111C705DCC4A9519F9A5BBB72982D88A75ACCC6EDEA5CB7A30D74B1D6A

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 10/03/2020 é(são) :

☑ Alexandre Chiaratti Do Nascimento (Signatário) - 147.823.488-19 em 10/03/2020 10:05 UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital



Balanço Patrimonial Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2019	2018		Nota	2019	2018
Ativo				Passivo e patrimônio social			
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	8.145	8.300	Recursos a repassar de convênios em execução	9	1.346	712
Caixa e equivalentes de caixa com restrição	4	504	1.024	Fornecedores	10	110	262
Prestação de contas a receber	5	3.923	4.678	Salários e obrigações sociais		212	233
Outros		176	74	Outras obrigações		2	2
				Convênios e projetos	11	704	1.024
Total do ativo circulante	,	12.748	14.076	Total dos passivos circulantes		2.374	2.233
Ativo não circulante				Passivo não circulante			
Depósitos judiciais	6	629	612	Provisão para demandas judiciais	12	295	286
Imobilizado	7	291	290	Outros passivos		5	5
(-) Depreciação	7	(262)	(250)				
Intangível	8	1	1				
(-) Amortização	8	(1)	(1)				
Total dos ativos não circulantes	,	658	652	Total dos passivos não circulantes		300	291
				Patrimônio líquido	13		
				Patrimônio social		12.204	13.132
				Doações patrimoniais			-
				Superávit/Déficit Acumulado			
				Superávit/Déficit do Período		(1472)	(928)
						10.732	12.204
				Total do patrimônio líquido			
Total do ativo		13.406	14.728			13.406	14.728
	•			Total do passivo e do patrimônio líquido			

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Christiane Braga Duarte
CPF 987.348.147-87
Presidente do Conselho Executivo

Demonstração do Resultado do Período Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2019	2018
Receitas operacionais			
Receitas com doações	14	7.095	7.994
Marketing relacionado à causa	15	827	1.173
Recursos obtidos em eventos	16	1.236	1.369
Isenções Usufruídas	27	603	684
Trabalho voluntário	26	28	23
Receitas de convênios			38
Receitas financeiras	17	509	607
		10.298	11.888
Custos e destinações			
Custos com campanha	18	(870)	(1.530)
Isenções Usufruídas	27	(603)	(684)
Trabalho voluntário	26	(28)	(23)
Destinações a instituições	19	(4.379)	(3.863)
Despesas financeiras	17	(21)	(24)
		(5.901)	(6.124)
Resultado bruto		4.397	5.764
Despesas operacionais			
Despesas com pessoal	22	(3.212)	(3.559)
Despesas com ocupação	23	(326)	(396)
Despesas com viagens	24	(282)	(316)
Despesas com divulgação	20	(505)	(610)
Despesa com serviços prestados	21	(1.531)	(1.564)
Despesas gerais		(13)	(247)
		(5.869)	(6.692)
Déficit do exercício		(1.472)	(928)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Christiane Braga Duarte CPF 987.348.147-87 Presidente do Conselho Executivo

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

_	Patrimônio Social	Doações Patrimoniais	Superávit/Déficit Acumulado	Déficit do Perí	odo	Patrimônio Líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2017	15.507	18	- 281	-	2.112	13.132
Déficit do exercício		40	-	-	928	- 928
Incorporação das doações patrimoniais Incorporação do déficit de períodos anteriores	18 -2393	- 18	281		2.112	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	13.132	-	-	-	928	12.204
Déficit do exercício				-	1.472	- 1.472
Incorporação das doações patrimoniais Incorporação do déficit de períodos anteriores	-928				928	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	12.204	<u> </u>	<u> </u>		1.472	10.732

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Christiane Braga Duarte CPF 987.348.147-87 Presidente do Conselho Executivo

Demonstração do fluxo de caixa (método indireto) Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2019	2018
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Déficit do período	(1472)	(928)
Depreciação e amortização	11	30
Provisão para contingência	9	12
Déficit Ajustado	(1452)	(886)
(Aumento) redução de ativos e aumento (redução) de passivos		
Recursos repassados	754	961
Outros ativos circulantes	(100)	28
Depósitos judiciais	(17)	(23)
Recursos a repassar para entidades	634	(1.524)
Fornecedores	(152)	(62)
Salários e obrigações sociais	(22)	(141)
Receitas a apropriar	-	-
Outras obrigações	1	(1)
Convênios e projetos	(320)	976
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais	(674)	(672)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Adições ao imobilizado	(1)	(12)
Adições ao intangível		
Baixa do imobilizado		66
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de investimentos	(1)	54
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	(675)	(618)
Maria a 7 a a a surida na maría da	(075)	(040)
Variação ocorrida no período	(675)	(618)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	9.324	9.942
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	8.649	9.324

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Christiane Braga Duarte CPF 987.348.147-87 Presidente do Conselho Executivo

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

O Instituto Ronald McDonald de Apoio à Criança ("IRM" ou "Instituto") é uma entidade sem fins lucrativos, fundada em 09 de fevereiro de 1999, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, na Rua Pedro Guedes, nº 29, declarada de utilidade pública no âmbito municipal, estadual e federal, além de contar com o Certificado de Entidade de Assistência Social, emitido pela Secretaria Nacional de Assistência Social, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Tem por objeto, sem qualquer distinção quanto a sexo, raça, cor, credo ou religião dos beneficiários:

- a) Prestar, diretamente ou através de terceiros, dentro ou fora do núcleo familiar, assistência à crianças e adolescentes portadores de câncer, provendo-lhes hospedagem com membros da família e/ou casas de apoio e auxilio pré ou pós-hospitalização nesses locais, visando seu bem estar físico, psicológico e emocional, bem como uma melhor aderência e complacência ao tratamento de sua doença de base, assim como facilitar a adaptação familiar (ou da família) aos efeitos da doença, podendo, oportunamente, com a concordância do Conselho de Administração, estender esta assistência a outras áreas de apoio à infância e adolescência no país.
- b) Auxiliar, mediante doações diretas ou campanhas específicas, clínicas, entidades ou hospitais especializados, visando ampliar e fortalecer assistência, ensino e pesquisa do combate ao câncer infanto-juvenil em nosso país, podendo, oportunamente, direcionar tal auxílio a outras doenças predominantes em crianças e adolescentes.
- c) Incentivar a fundação de associações congêneres no país, ou seja, aquelas cujos objetivos sociais sejam do mesmo gênero do Instituto.
- d) Pôr em prática outras atividades conexas necessárias, a juízo do Conselho de Administração.
- e) Orientar e supervisionar a criação e funcionamento de "Casas Ronald McDonald" em todo o território nacional, para Instituições indicadas pelo Conselho da Administração.

Os seus serviços são prestados por 19 funcionários (21 em 2018) e 39 conselheiros voluntários (39 em 2018) sem qualquer remuneração.

Para o custeio de sua atividade principal, repasse para clínicas, entidades ou hospitais especializados, ou para a manutenção de seus projetos sociais complementares, o Instituto recebe doações de pessoas físicas e jurídicas, em dinheiro, alimentos, produtos ou serviços diversos.

As principais fontes de recursos da instituição proveem das doações em dinheiro, produtos e serviços e eventos, dentre os quais se destaca o McDia Feliz, campanha anual no âmbito nacional.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de reais)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

Na elaboração das Demonstrações Contábeis de 2019, a Entidade adotou a Lei nº 11.638/2007 e Lei nº. 11.941/09 que alteraram artigos da Lei nº. 6.404/76 em relação aos aspectos relativos à elaboração e divulgação das Demonstrações Contábeis.

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas em observância às práticas contábeis adotadas no Brasil, características qualitativas da informação contábil, Resolução CFC nº. 1.374/11 (NBC TG), que trata da Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, Resolução CFC nº. 1.376/11 (NBC TG 26), que trata da Apresentação das Demonstrações Contábeis, Deliberações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e as Normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) em especial a Resolução CFC nº. 1.409/12 que aprovou a ITG 2002 para as Entidades sem Finalidade de Lucros, que estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de registros dos componentes e variações patrimoniais e de estruturação das demonstrações contábeis, e as informações mínimas a serem divulgadas em Nota Explicativa das entidades sem finalidade de lucros.

A Administração do Instituto autorizou a emissão destas demonstrações contábeis em 17 de março de 2020.

3. Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas pela Administração do Instituto, na preparação destas Demonstrações Contábeis, são as seguintes:

a) Receitas

As receitas com patrocínio de pessoa jurídica ou física que possuem contratos firmados são reconhecidas pelo regime de competência, quando todas as obrigações previstas para o Instituto são cumpridas. Nos casos em que a doação, objeto de contrato, não é recebida até o final do exercício, é realizada a provisão do valor.

As receitas de doações voluntárias são variáveis, não existindo um compromisso firmado entre as partes do valor a ser doado e normalmente variam em função do nível de assistência que o doador está disposto a oferecer a Instituição. Desta forma, estas receitas são apenas reconhecidas quando a certeza de sua realização, ou seja, são reconhecidas apenas quando do seu recebimento. A impossibilidade de reconhecimento destas receitas por regime de competência deve-se ao Instituto não possuir conhecimento prévio dos valores que serão recebidos e por isso, estas doações são reconhecidas no momento de seu recebimento. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de reais)

Receitas financeiras

A rentabilidade das aplicações financeiras é reconhecida no resultado do exercício quando incorrida. As receitas financeiras do Instituto se referem exclusivamente a rendimentos das aplicações financeiras.

b) Custos e despesas

As destinações de recursos repassados às instituições assistidas pelo Instituto são reconhecidas no resultado quando da prestação de contas pela entidade assistida ou da conclusão dos projetos, de acordo com a Resolução nº 49, do Conselho Nacional de Assistência Social, de 15 de março de 2007. Até que as prestações de contas sejam apresentadas ao Instituto ou os projetos sejam concluídos, os recursos repassados são mantidos em conta de Repasse para entidades conveniadas.

As demais despesas são registradas quando incorridas, de acordo com o regime de competência.

Despesas financeiras

As despesas financeiras abrangem, basicamente, as tarifas bancárias cobradas pelas instituições financeiras.

c) Ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os ativos são reconhecidos nos balanços somente quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor do Instituto e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. O histórico do Contas a Receber da entidade não demonstra perdas efetivas, portanto, não se julgou necessária a constituição de Perdas Estimadas de Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD.

Os passivos são reconhecidos no balanço quando o Instituto possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-la. Alguns passivos envolvem incertezas quanto ao prazo e valor, sendo estimados na medida em que são incorridos e registrados através de provisão. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos montantes nos quais seriam realizados, considerando as variações monetárias de acordo com as condições contratuais.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de reais)

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados através dos montantes pelos quais eles serão liquidados considerando a data de cada balanço, incluindo juros provisionados e variações monetárias de acordo com as condições contratuais.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando os ativos são realizáveis, e os passivos exigíveis, dentro dos doze meses seguintes.

d) Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Administração considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor.

e) Imobilizado

O imobilizado está registrado pelo custo de aquisição ou pelo valor justo na data da doação (quando aplicável), deduzido da depreciação acumulada, calculada pelo método linear ao longo da vida útil do ativo, conforme taxas descritas na Nota 7.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for vendido/baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

f) Intangível

Representado por licenças de uso de softwares, que são amortizados a taxa de 20% ao ano.

g) Obrigações tributárias

Imunidade tributária de imposto de renda e contribuição social

Por ser uma entidade sem fins lucrativos, o Instituto está imune do pagamento de imposto de renda, conforme estabelece a alínea c, do inciso VI, do parágrafo 150 e da contribuição social conforme previsto no artigo 195 inciso IV parágrafo 7º ambos da Constituição Federal.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de reais)

Isenções usufruídas

A Associação faz jus à isenção do pagamento dos impostos incidentes sobre as doações, tais como imposto de renda, contribuições sociais, os quais estão contidos na Lei nº 12.101, em vigor desde novembro de 2009, com redações alteradas posteriormente, no Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014 e Lei nº 12.868 de 15 de outubro de 2013.

g) Provisão para demandas judiciais

Provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, for provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que haja uma saída de recursos para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

As provisões são revisadas e ajustadas anualmente para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A provisão é constituída com base na opinião dos consultores jurídicos internos e externos.

h) Trabalho voluntário

Em atendimento a Resolução CFC nº 1.409, de 21 de setembro de 2012 que aprova a NBC ITG 2002 - Entidades sem Finalidade de Lucros, onde interpreta que o trabalho voluntário deve ser reconhecido pelo valor justo da prestação do serviço como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro, foram levantados os trabalhos voluntários tomados pela entidade. O registro dos montantes foi contabilizado nas rubricas de trabalhos voluntários (receita) e outras despesas e não altera o resultado do exercício.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de reais)

A mensuração dos trabalhos voluntários de Governança foi estabelecida a partir do valor da hora do serviço executado para cada categoria tomando-se por base o mesmo valor da hora pago aos funcionários assalariados para cada uma das categorias existentes na data do encerramento de seu Balanço Patrimonial. Assim, foi calculada a média dos salários para cada faixa, dividindo-se o valor apurado por 44 (quarenta e quatro) horas semanais e este pelo número de semanas a cada mês.

i) Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Associação se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde tais custos são diretamente lançados no superávit (déficit) do exercício em contrapartida a obrigações. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

j) <u>Demonstrações dos fluxos de caixa</u>

A Demonstração dos Fluxos de Caixas foi elaborada em conformidade com a Resolução CFC nº 1.152/2009 que aprovou a NBC TG 13 e, também, com a Resolução do CFC nº 1.296/2010 que aprovou a NBC TG 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa. O Instituto optou pelo método indireto para elaboração da Demonstração dos Fluxos de Caixa.

k) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis

O processo de elaboração das Demonstrações Contábeis em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração faça uso de julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos reportados nas demonstrações contábeis e suas notas explicativas. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a vida útil econômica e o valor residual do imobilizado, recuperabilidade de ativos, provisão para demandas judiciais, dentre outros. O uso de estimativas e julgamentos é complexo e considera diversas premissas e projeções futuras e, por isso, a liquidação das transações pode resultar em valores diferentes das estimativas. O Instituto revisa suas estimativas e premissas ao menos anualmente.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de reais)

I) Pronunciamentos novos ou revisados que ainda não entraram em vigor

As políticas contábeis adotadas em 2019 são consistentes com as adotadas nas demonstrações contábeis do ano anterior.

Adicionalmente não são esperados efeitos relevantes derivados dos novos pronunciamentos ou pronunciamentos revisados que ainda não entraram em vigor.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2019	2018
Caixa e bancos	500	362
Caixa e bancos com restrição	504	1.024
Certificado de Depósito Bancário - CDB	7.645	7.938
·	8.649	9.324

As aplicações financeiras do Instituto estão disponíveis para negociação, portanto, podendo ser resgatadas a qualquer tempo, com habilidade de pronta conversão em um valor conhecido de caixa e com risco insignificante de seu valor. As referidas aplicações financeiras correspondem a CDBs e fundos de investimentos emitidos pelos Bancos Bradesco, Itaú, Brasil e Santander, e tem remuneração pré e pós-fixada com base em 100% a 102%, em 31 de dezembro de 2019 e 2018 da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI e, portanto, já estão reconhecidas pelo seu valor justo, em contrapartida ao resultado na rubrica "Receitas financeiras".

O Instituto mantém uma parcela do valor de aplicação financeira como Fundo de Custeio, que é equivalente a seis meses das despesas, conforme estabelecido pelo Conselho Executivo. Em 31 de dezembro de 2019, o montante é de R\$4.002 (R\$ 3.784 em 31 de dezembro de 2018). A diferença do saldo está compromissado com as obrigações a pagar e com os projetos aprovados no Plano de Destinação de 2019 e com os projetos que serão aprovados no Edital de 2020.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de reais)

5. Prestações de contas a receber e valores a repassar

Os saldos dos recursos repassados e a repassar para as entidades são compostos da seguinte forma:

	2019	2018
ABRACE-DF – Brasília	6	6
AMCC – CUIÁBA	12	12
AACN-RJ - Rio de Janeiro	908	1.419
APACC-CAM – Campinas	367	367
APP-CE-FORTALEZA	207	162
Associação dos Amigos das Crianças com Câncer - MS	14	15
Associação Peter Pan - CE	-	29
Associação Projeto Crescer - Santo André - SP	37	250
CACCDP-RN - Natal	33	11
CONIACC-RN-NATAL	44	66
Donos do Amanhã	33	30
AACC-MT - CUIABÁ	6	-
GACCIT-BA - Itabuna	-	1
FACHAC-JAU - Jaú	293	313
FAD-MA-SÃO LUIS	153	270
FAMESP-SP-BOTUCATU	12	12
GACC-BA-SALVADOR	232	303
ABCC -SP - BAURÚ	7	-
SBPO - Soc. Bras. Psico-Oncol S. Paulo	272	106
ACACCI - ES – VITÓRIA	28	-
TUCCA-SP	-	85
UOPECCAN - Cascavel	6	6
Associação Colorindo a Vida - PA	624	627
AVOSOS-SE-ARACAJU	50	-
CAPE-MG-BELO HORIZONTE	5	-
CVSF - SP – FRANCA	15	-
GACC-AM-MANAUS	7	-
GRAACC-SP-SÃO PAULO	6	-
Hosp. Materno Infantil – SC - Joinville	12	12
NACC - PE Recife	166	71
ICI-RS-PORTO ALEGRE	15	-
RFCC - PI - Teresina	-	20
PIOXII	6	-
CRM-SP	92	273
Outros	255	212
	3.923	4.678

O saldo de recursos repassados e a repassar refere-se aos convênios já assinados pelo Instituto, cujos recursos já estão comprometidos e são registrados em contrapartida do passivo, além dos valores que já foram repassados e cuja prestação de contas ainda não foi recebida pelo Instituto.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de reais)

Demonstramos abaixo, a composição dos prazos das prestações de contas a receber e valores a repassar para as instituições beneficiadas:

	2019	2018
Valores a repassar (provisão)	1.345	712
Repasses realizados até 30 dias	2.322	2.904
Repasses realizados entre 31 e 120 dias	30	432
Repasses realizados entre 121 e 180 dias	145	327
Repasses realizados entre 181 e 360 dias	6	35
Repasses realizados há mais de 360 dias	75	268
·	3.923	4.678

6. Depósitos judiciais

	2019	2018
COFINS - Depósito judicial PIS - Depósito judicial Outros Depósitos Judiciais	321 295 13	313 286 13
·	629	612

7. Imobilizado

	Tx. Média de Depreciação (%)	Saldo em 31/12/2017	Adições/Baixas	Saldo em 31/12/2018	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2019
Custo							_
Equipamentos e utensílios		73	(25)	48	1		49
Móveis e decorações		220	(165)	55			55
Computadores e periféricos		367	(189)	178			178
Instalações e benfeitorias		45	(41)	4			4
Outros		9	(4)	5			5
Total		714	(424)	290	1		291
Depreciação							
Equipamentos e utensílios	10%	(52)	19	(33)	(4)		(37)
Móveis e decorações	10%	(206)	157	(49)	(2)		(51)
Computadores e periféricos	20%	(312)	147	(163)	(3)		(168)
Instalações e benfeitorias	20%	(20)	20	(1)	(1)		(1)
Outros	10%	(6)	2	(4)	(1)		(4)
Total		(596)	345	(252)	(11)		(262)
Imobilizado líquido		118	(78)	40	(11)		29

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de reais)

A baixa do ativo imobilizado realizada em 2018 refere-se à elaboração do inventário dos bens ativos do IRM.

8. Intangível

	Tx. Média de	Saldo em			Saldo em			Saldo em
	Amortização (%)	31/12/2017	Adições	Baixas	31/12/2018	Adições	Baixas	31/12/2019
Custo								
Software		117	0	(116)	1	0	0	1
Total		117	0	(116)	1	0	0	1
Amortização								
Software	10%	(111)	(2)	112	(1)	(0)	0	(1)
Total		(111)	(2)	112	(1)	(0)	0	(1)
Intangível líquido		6	(2)	(4)	0	(0)	(0)	0

A baixa de ativo intangível realizada em 2018 refere-se à elaboração do inventário dos bens ativos.

9. Recursos a repassar de convênios em execução

Os saldos dos recursos a repassar para as entidades são compostos da seguinte forma:

	2019	2018
Associação Peter Pan - CE	167	86
AACC-MT – CUIABA	6	-
AMCC - CUIABÁ	12	12
CACCDP-RN - Natal	33	11
ABCC-SP-BAURÚ	7	-
Donos do Amanhã	12	12
AMGLPV-MG-UBERLÂNDIA	138	-
AVOSOS-SE-ARACAJU	50	-
SBPO - Soc. Bras. Psico-Oncol S. Paulo	257	12
CAPE - MG - BELO HORIZONTE	5	-
TUCCA-SP	-	14
CVSF - SP – FRANCA	15	-
FAD-MA-SÃO LUIS	102	-
GACC -AM- MANAUS	7	-
ICI - RS - PORTO ALEGRE	15	-
GACC-PERNAMBUCO	-	28
NACC-PE-RECIFE	124	71
RFCC-PI - Teresina	-	19
IMOAB - MA	-	51
Outros	396	394
	1.346	712

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de reais)

10. Fornecedores

	2019	2018
Fornecedores a pagar Prestação de Serviço a pagar PF	110	234 1
Outras contas	_	27
	110	262

11. Convênios e projetos

	2019	2018
Projeto Albert Einstein	11	11
Fundo Nacional	62	58
SCM – STS Santos	380	555
Sobope	-	400
Rio de Janeiro Refrescos	51	-
Projeto Bom Futuro	200	
	704	1.024

SCM- Santos

Em atendimento a determinação do Conselho de Administração, os recursos arrecadados nas campanhas do Mc Dia Feliz para a Santa Casa de Misericórdia de Santos, no valor de R\$ 620, foram transferidos para a conta corrente do Instituto Ronald, que repassa em parcelas mensais os valores para realização da reforma geral do ambulatório de quimioterapia, conforme convênio firmado, faltando repassar R\$380.

Rio de Janeiro - Refrescos

Em continuidade a parceria entre a Coca Cola – Andina e o Instituto Ronald McDonald, em 2019 recebemos a importância de R\$ 220, para patrocínio de eventos beneficentes e aquisição de produtos da marca para consumo interno. Desta doação o montante de R\$ 79 foi destinado ao Instituto Ronald e os R\$ 141 restantes estão sendo repassados para as sete Casas Ronald McDonald do Brasil, restando repassar R\$51.

Bom Futuro

Em agosto foi formalizada a parceria entre o Instituto Ronald com a Associação Mato-grossense de Combate ao Câncer – AMCC e a Bom Futuro Agrícola LTDA, sendo este o financiador do projeto "Promovendo o Diagnóstico Precoce do Câncer no Estado do Mato Grosso", no valor de R\$ 325, dos quais recebemos R\$220, restando receber R\$105. Essa parceria é destinada a capacitação de profissionais de saúde de atenção básica de saúde nos municípios de Sapezal, Nova Mutum, Campo Verde, Matupá, e Querência no Estado do Mato Grosso para o diagnóstico precoce do câncer infantil.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de reais)

12. Provisão para demandas judiciais

	2019	2018
Tributária – PIS	295	286
	295	286

A Medida Provisória nº 2.158-35/01, determina que as entidades sem fins lucrativos que tenham empregados, tal como definido pela legislação trabalhista, contribuam para o PIS com uma quota fixa de 1% incidente sobre a folha de pagamento mensal. O Instituto vem questionando o recolhimento do PIS. A provisão para contingência referente ao PIS é composta por valores depositados em juízo. A Instrução Normativa RFB 1911/2019, afastou expressamente a incidência da Contribuição para o PIS/Pasep sobre a folha de salários para as entidades beneficentes certificadas pelo CEBAS e que atendam aos requisitos previstos no artigo 29 da Lei nº 12.101/2009. Portanto, desde a competência de outubro/2019 esta contribuição não é mais recolhida pelo Instituto.

O Instituto também possui ação tramitando na justiça, visando o reconhecimento da inconstitucionalidade da exigência de tributação de COFINS sobre as receitas financeiras obtidas pelo Instituto, o ultimo recolhimento ocorreu em 2007. A justiça emitiu uma decisão favorável sobre esse processo.

13. Patrimônio Líquido

	2019	2018	
Patrimônio Social	12.204	13.132	
Superávit/Déficit do Período	(1.472)	(928)	
•	10.732	12.204	

Patrimônio social

O patrimônio social do Instituto é composto pelas doações dos instituidores, pelo superávit ou Déficit acumulado e pelo superávit ou déficit do período. A destinação do superávit acumulado, quando existente, é aprovada em Assembleia Geral Ordinária realizada anualmente.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de reais)

14. Receitas de doações

	2019	2018
Doações de pessoas físicas ("cofrinho")	2.902	3.360
Doações pessoa física e jurídica	316	78
Doações Mc Dia Feliz	2.500	2.450
Doações contribuintes públicos em geral	864	1.403
Doações Mc Lanche Feliz	420	412
Outras receitas	93	291
	7.095	7.994

15. Marketing relacionado à causa

Arrecadação com Marketing Relacionado a Causa	827	1 173
Arredadação com Marketing Heladionado a Gadsa		1.170
	827	1.173

2019

2018

16. Recursos obtidos em eventos

	2019	2018
Jantar de Gala	784	749
Torneio de Golf	452	620
	1.236	1.369

17. Receitas e despesas financeiras

	<u>2019</u>	2018
Receita financeira Rendimentos de aplicações financeiras Atualização monetária - Depósitos Judiciais	492 17	585 22
	509	607
Despesa financeira		
Tarifas bancárias	(11)	(12)
Atualização monetária - Provisão para Contingência PIS	(10)	(12)
	(21)	(24)
Resultado financeiro, líquido	488	583

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de reais)

18. Custos com campanha

2019	2018
377	635
62	331
38	115
59	66
209	196
33	17
92	170
870	1.530
	377 62 38 59 209 33 92

A redução dos custos com campanha, deve- se a: 1) Torneio de Golfe: este ano não realizamos o evento de Golfe em parceria com o Hospital Albert Einstein, reduzindo assim o número de patrocinadores e consequentemente a captação de recursos. Em contrapartida tivemos redução nos custos (R\$298) pois o evento foi realizado apenas para os convidados do Instituto. 2) Mc Dia Feliz: substituímos encontros e workshops presenciais por vídeo conferência (R\$155); 3) Redução no valor do contrato da agência de Comunicação Kindle Comunicação Digital Ltda (R\$200).

19. Custo repasse dos recursos

<u>-</u>	2019	2018
CONIACC-RN-NATAL	66	75
AMGLPV-MG-UBERLANDIA	55	-
APALA-AL-MACEIÓ	22	-
DONOS DO AMANHÃ - PB - JOÃO PESSOA	30	-
Associação dos Amigos das Crianças com Câncer – MS	-	6
FAD - MA - SÃO LUÍS	270	-
GACC - BA – SALVADOR	303	-
SCM-STS-SP - SANTOS	27	-
Associação Projeto Crescer - Santo André - SP	250	68
GACC-SJC-S.J. dos Campos	-	84
GACCIT-BA - Itabuna	-	67
GACC - PERNAMBUCO	29	-
FUNDAÇÃO SÃO FRANCISCO XAVIER - FSFX	6	-
CACCDP-RN-Natal	11	16
CAPE-MG-Belo Horizonte	-	1
CRM BELÉM - PA - Belém	627	547
CRM CAMPINAS - SP - Campinas	366	153
CRM MOEMA - SP - São Paulo	273	275
ABRACE- DF - Brasília	-	1
FUNDACAO DESENRFCC - PI - Teresina	19	36
TUCCA - SP - São Paulo	85	-
ICI-POA - Porto Alegre	-	10
SOBOPE - Soc. Bras. de Oncologia	78	726
FSAC-MG - MONTES CLAROS		15
Outros	1.862	1.783
Total	4.379	3.863

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de reais)

20. Despesas com divulgação

	2019	2018
Despesas com divulgação	505	610
	505	610

21. Despesas com serviços prestados

	2019	2018
Despesas com serviços prestados	1.531	1.564
	1.531	1.564

22. Despesas com pessoal

	2019	2018
Salários Encargos Sociais	2.004 265	2.241 343
Provisão de Férias e 13º Salário	427	460
Vale Refeição	168	175
Assistência Médica	305	310
Vale Transporte	23	17
Outras Despesas com Pessoal	20	13
	3.212	3.559

23. Despesas com ocupação

	2019	2018
Manutenção	48	63
Aluguel, condomínio e energia elétrica	190	182
Depreciação e amortização	11	29
Telefone	30	32
Internet	7	7
Material de escritório	10	5
Correios	11	15
Outras despesas com ocupação	19	63
	326	396

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de reais)

24. Despesas com viagens

	2019	2018
Programas	154	192
Administração	83	75
Projeto Einstein	1	6
Eventos RHMC	44	43
	282	316

25. Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS

O pedido de renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistente Social, expedito pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, com validade de 22 de abril de 2018 a 21 de abril de 2021, foi deferido conforme Portaria nº 307, de 29 de outubro de 2018, publicado no Diário Oficial da União em 31 de outubro de 2018, que assegura a isenção da contribuição previdenciária patronal, em conformidade com a Lei nº 12.101/2009 e redações posteriores.

26. Trabalho voluntário

Durante o exercício de 2012, o Conselho Federal de Contabilidade aprovou a ITG 2002 que menciona necessidade de contabilização dos "serviços voluntários" utilizando o critério de reconhecimento do valor justo pela prestação do serviço como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro.

Durante o exercício de 2019, a entidade mensurou o custo do trabalho voluntariado dos Conselheiros de forma a considerar o que efetivamente seria desembolso financeiro com base nas Atas das reuniões, contabilizados em conta de receitas/despesas compensatória no montante de R\$28 (R\$23 em 2018).

27. Isenções Usufruídas

	2019	2018
Contribuição previdenciária	603	684
	603	684

As Isenções Usufruídas são compostas principalmente pelos valores de Contribuição Previdenciária que seriam pagos caso o Instituto não tivesse a isenção desta Contribuição.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de reais)

28. Cobertura de seguro

Os seguros contratados pela Entidade são considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais riscos e perdas sobre seus ativos, conforme as apólices abaixo:

	2019/2020	<u>-</u>	
	Limite máximo da indeniza <i>ç</i> ão	Vigência	Seguradora
Responsabilidade civil (D&O) Compreensivo empresarial Responsabilidade civil geral	3.500.000 22.964 30.000.000	31/05/2019 a 31/05/2020 28/02/2019 a 28/02/2020 06/10/2019 a 06/10/2020	Travelers Seguros Brasil S.A. Travelers Seguros Brasil S.A. HDI Global Seguros S.A.

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 2019.

Christiane Braga Duarte CPF 987.348.147-87 Presidente do Conselho Executivo